PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM OLHAR SOBRE OS PESCADORES ARTESANAIS DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

Letícia de Carvalho Giannella¹, Rafael Barsotti Torres²

¹ Doutora em Geografia pela UFF e Pesquisadora em Informações Estatísticas e Geográficas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas ENCE/IBGE. E-mail: leticiagiannella@gmail.com

² Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas ENCE/IBGE. E-mail: rafaelbarsotti@uol.com.br

Artigo recebido em 07/02/2020 e aceito em 22/04/2020

Resumo: Os tradicionais autores dos estudos urbanos, provenientes sobretudo do continente Europeu, produziram uma epistemologia para este campo do conhecimento baseada nas formações socioespaciais compreendidas no Norte global. A partir desta percepção, este trabalho objetiva contribuir para uma releitura teórica e empírica destas epistemologias dando centralidade a grupos considerados fundamentais na formação socioespacial brasileira: as populações tradicionais. O método empregado neste trabalho, centrado numa revisão de literatura, realizou um recorte territorial, se limitando às populações e ao espaço da zona costeira brasileira, e um social, definindo como principal segmento de análise os pescadores artesanais marítimos do país. As considerações finais apontam para esses grupos como atores fundamentais na produção de espaços urbanos com características específicas relacionadas à formação social brasileira e composta por outras racionalidades, contrapostas à lógica hegemônica do capital.

Palavras-chave: Pesca artesanal; zona costeira; urbanização brasileira.

PRODUCTION OF URBAN SPACE AND TRADITIONAL POPULATION: AN ANALISYS BASED ON THE ARTISANAL FISHERMEN OF THE BRAZILIAN COASTAL ZONE

Abstract: The traditional authors of the urban studies, mainly from the European continent, produced an epistemology for this field of knowledge based on socio-spatial formations of the global North. Based on this perception, this paper aims to contribute to a theoretical and empirical review of these epistemologies, focused on the groups considered fundamental in the brazilian socio-spatial formation: the traditional populations. The method used in this paper, focused on a literature review, carried out a territorial delimitation, limited to the populations and the space of the brazilian coastal zone, and a social one, defining as main segment of analysis the artisanal marine fishermen of the country. The paper concludes that these groups are fundamental actors in the production of urban spaces, presenting specific characteristics related to the brazilian social-spatial formation, since they carry other rationalities, opposed to the hegemonic logic of capital.

Keywords: Artisanal fishery; coastal zone; brazilian urbanization.

INTRODUÇÃO

Com origem europeia, os estudos urbanos se debruçaram por longa data sobre pesquisadores do velho continente que analisaram o desenvolvimento desse fenômeno nos quadros de sua terra natal. Essa trajetória resultou em um universo conceitual que necessita de releituras em sua apreensão pelos países do Sul, uma vez que povos importantes, produtores de espaços dotados de outras lógicas, ligados a outros circuitos, e de tão significativa contribuição para a formação socioespacial brasileira, como as populações tradicionais, foram relegados da nossa construção epistemológica.

O ponto de partida deste trabalho está na reflexão sobre a necessidade de problematizar tal construção, contribuindo para o descentramento teórico no qual é imprescindível considerar o papel das populações tradicionais na nossa formação espacial, entendendo-as não como um elemento residual, mas sim como sujeitos fundamentais das nossas especificidades (VIANNA, 2008). Em vista disso, as populações indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, entre outros, por suas características singulares se comparadas ao *modus operandi* dos atores hegemônicos, devem ser levadas em conta na análise de processos diversos que configuram e reconfiguram, permanentemente, nossa formação espacial.

O método deste trabalho baseou-se, por um lado, em revisão de literatura, e por outro lado, na definição de dois recortes: o primeiro, territorial, limita a pesquisa à zona costeira brasileira; e o segundo traz como população a ser analisada os pescadores artesanais que atuam no litoral, um segmento das populações tradicionais brasileiras.

Conduzimos um olhar de sobrevoos à problemática, retomando elementos importantes da pesca artesanal, ao mesmo tempo em que damos centralidade à questão urbana brasileira. Assim, primeiramente, foram trazidos autores que discorrem sobre a produção do espaço urbano numa perspectiva teórico-filosófica mais geral e centrada nas experiências do Norte global, como Lefebvre (1999, 2008, 2013) e Harvey (2011, 2012).

Em seguida, com a finalidade de edificar uma ponte entre tais abordagens e a proposta deste artigo – isto é, a discussão de elementos para a construção de uma teoria sobre a produção do espaço urbano centrada nas populações tradicionais – foram discutidas brevemente algumas ideias de autores que analisam empiricamente a trajetória do urbano em nosso país, tais como Fernandes (2005) e Oliveira (1982), entre outros. Além disso, para análise da etapa mais recente da urbanização brasileira – o processo de metropolização –

foram empregados autores que trazem à luz as especificidades desse fenômeno no Brasil, como Maricato (1996, 2003) e Lencioni (2013).

O conteúdo concernente à pesca artesanal foi abordado, inicialmente, a partir de uma matriz sociológica que corroborou para a construção teórica dos principais atores deste trabalho. Neste segmento, foram utilizadas, principalmente, as obras de Diegues (1983, 1995, 1996), Maldonado (1993), Kant de Lima e Pereira (1997).

A seção que traz efetivamente o diálogo entre produção do espaço urbano e pesca artesanal foi desenhada a partir diversos casos em que ocorrem disputas e conflitos entre os atores hegemônicos da produção do urbano no Brasil – entre eles empreiteiras, agentes da especulação imobiliária, indústrias e o Estado – e comunidades artesanais dispersas pelo território brasileiro. Nesse segmento, foram trazidos casos das mais diversas regiões brasileiras, mais especificamente do Estado do Rio de Janeiro, Paraíba e Ceará.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Tendo como base a perspectiva relacional do espaço, consideramos que não há “coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem” (HARVEY, 2012, p. 12). O espaço, portanto, não é neutro. Nesta perspectiva, se nos referimos a um período em que o modo de produção capitalista se torna hegemônico, necessitamos entender os processos espaciais à luz desta hegemonia. Entretanto, conforme nos orienta o conceito de formação espacial, o capitalismo se espacializa de formas distintas em cada território, ainda que alinhadas por uma totalidade que deve ser sempre levada em consideração.

A teoria crítica urbana tem como algumas das suas principais referências o filósofo francês Henri Lefèbvre e o geógrafo britânico David Harvey. Compreende-se, a partir dessa perspectiva, que existe uma relação direta entre urbanização e industrialização. O urbano se torna onipresente com a indústria (LEFÈBVRE, 1999), estando, portanto, vinculado às relações de produção capitalistas. Para o filósofo, estaríamos vivendo um processo de urbanização completa da sociedade que culminaria na “sociedade urbana”, termo que designa aquela sociedade nascida da industrialização, processo que domina e absorve a produção agrícola, e que estaria em gestação através da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFÈBVRE, 1991).

Nas últimas décadas, o movimento vislumbrado por Lefèbvre parece estar se concretizando. Estatísticas globais evidenciam um mundo urbano, e a produção do espaço urbano passa a ser uma das principais estratégias do capital para se reproduzir, por meio da ordenação espaço-temporal associada à alocação de capital excedente que se materializa nas cidades de diversas formas (HARVEY, 2011).

Engendra-se assim um espaço abstrato, repetitivo e homogêneo, associado à dominação do capital por meio da (re)produção do espaço urbano. A história do espaço seria a história da separação entre dominação e apropriação, gerando “um movimento conflitual que se desenvolve até a vitória opressiva da dominação e a redução extrema da apropriação” (LEFÈBVRE, 2013, p. 214, tradução nossa).

Para Lefèbvre, a dominação estaria associada às representações do espaço, que são abstratas e fazem parte das ideologias. Trata-se do espaço concebido, ligado às relações de produção, à ordem que elas impõem, aos signos e códigos que elas implicam. É o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas e dos tecnocratas que retalham o espaço. Porém, a história do espaço deve considerar também os espaços de representação (espaço vivido) e as práticas espaciais (espaço percebido). Os espaços de representação referem-se à apropriação do espaço, aos sonhos, devaneios e à imaginação, jamais se sujeitando à coerência do espaço concebido. Trata-se do espaço dominado, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. As práticas espaciais, por sua vez, se aproximam da materialidade do espaço, associando realidade cotidiana (emprego do tempo) e realidade urbana (os percursos e as redes religando os lugares do trabalho, da vida privada, do lazer etc.).

A urbanização, neste sentido, seria um processo que sufocaria a própria cidade, entendida aqui como a manifestação mais acabada, em tese, dos espaços vividos. A cidade seria obra, criação permanentemente reelaborada, sonhada, imaginada e vivida com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas de toda ordem. Trata-se do fazer concreto que passa a ser dominado pelo trabalho abstrato (HOLLOWAY, 2013), da perda de sentido em prol da reprodução capitalista, materializada no espaço urbano.

Contudo, Lefèbvre escreveu tendo como referencial o mundo ocidental, especialmente a França. Seu percurso histórico, por meio do método regressivo-progressivo, caminhou da cidade grega à zona crítica, passando pela cidade comercial do período medieval e de princípios do capitalismo mercantil e, naturalmente, pela cidade industrial.

Além disso, o autor teve como pano de fundo contemporâneo à sua existência o chamado Estado de bem-estar social, que garantiu direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores da Europa Ocidental.

Cabe-nos, assim, a pergunta: o que é o urbano no Brasil? Dados do Censo Demográfico de 2010 atestam que, naquele ano, 84,4% da população do país vivia em área urbana (IBGE, 2010). A urbanização brasileira, por sua vez, esteve desde sempre concentrada em sua zona costeira. Segundo Polette e Lins-de-Barros (2012), cerca de 23,8% da população total do país viviam, no ano de 2010, concentrados em 4,3% da faixa terrestre de sua zona costeira.

A faixa terrestre da zona costeira brasileira, formalmente, abrange os limites dos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos que ocorrem na zona costeira, podendo ser defrontantes ou não com o mar (BRASIL, 2004). Todavia, nossa análise não é perfeitamente coincidente com tal delimitação formal. Estamos, aqui, mais preocupados em identificar os processos históricos de urbanização, no Brasil, que se associam à presença da linha de costa e que atravessam as populações que vivem nestes espaços.

Para o sociólogo Francisco de Oliveira (1982), pouca atenção teria sido dada ao fato de que, embora o desenvolvimento do sistema produtivo através do qual o Brasil se insere, ainda enquanto colônia, na divisão internacional do trabalho, tenha sido pautado no campo, o caráter agroexportador da economia teria delegado às cidades, especialmente litorâneas, um papel protagonista na nossa formação. Esta característica teria resultado na configuração de uma zona costeira composta por poucas e grandes cidades e uma rede urbana pouco desenvolvida.

Esse padrão de formação das cidades brasileiras também se relaciona intimamente com o fato de que nossa base socioeconômica esteve pautada no trabalho escravo. Não constituiu-se, assim, até o século XX, um mercado consumidor e nem ao menos um exército industrial de reserva – tal como desde o século XVIII já se estabelecia na estrutura socioeconômica europeia –, o que também impacta o processo de urbanização do país, configurando as cidades como centros de poder e decisão voltados para fora, mediadores entre os latifúndios e o mercado internacional.

Latifúndios esses consolidados especialmente a partir da promulgação da chamada Lei de Terras, em 1850. “Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela” (FERREIRA, 2005, p. 1). Privatização da terra e abolição da escravidão caminham juntos,

uma vez que a interdição do acesso à terra àqueles que não tinham nada a oferecer a não ser sua própria força de trabalho, em tese, submetteria a sociedade brasileira ao assalariamento. Remetemo-nos aqui à produção das relações de produção capitalistas em nosso território, que ganha contornos próprios (FERNANDES, 2005; PRADO JR., 2004; FAORO, 2000).

Com a industrialização, que se estabelece efetivamente no país a partir da década de 1930, o que Oliveira (1982) denominou como o caráter autárquico do campo, que teria sido o responsável pela formação dessa rede de cidades pobre e voltada para fora, se estabeleceria agora como o caráter da urbanização brasileira. Como vimos, o urbano se estabelece, historicamente, com a industrialização. No caso brasileiro, as cidades tornam-se autárquicas, com a industrialização impondo um ritmo de urbanização superior ao próprio ritmo de crescimento da força de trabalho empregada na indústria.

O que quero dizer com isso é que, quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas (OLIVEIRA, 1982, p. 42).

A produção do espaço urbano, desta forma, se mostra, na aparência, caótica, desordenada, sem planejamento etc. Todavia, apreender a essência é fundamental para relacionarmos o aparente caos à nossa formação espacial, articulando totalidade e particularidade e dando sentido e coerência à nossa configuração urbana atual.

Aproximando-nos do objetivo deste trabalho, interessa refletir, por exemplo, sobre o destino dos ex-escravos e seus descendentes após a instituição da terra como mercadoria e com o processo paulatino de abolição. Se, ao longo dos séculos de escravidão, seus saberes ancestrais afluíam como estratégias de resistência, na lavoura ou nos quilombos, a partir de então esses saberes são acionados, ressignificados e reapropriados para sua sobrevivência cotidiana.

No primeiro recenseamento do Brasil, realizado em 1872, 58% da população total do país declarou-se preta ou parda (IBGE, 2019), parcela da sociedade que provavelmente não teve acesso à terra mercantilizada. Todavia, somente uma pequena parcela desses indivíduos foi incorporada na sociedade como força de trabalho assalariada, mesmo porque, a partir desse mesmo período, houve um forte incentivo para a atração de imigrantes europeus para o trabalho na lavoura e, mais tarde, na indústria.

Neste cenário, essa massa de pessoas encontra duas possibilidades: a primeira delas é ocupar – a partir de então, ilegalmente – as terras da União, especialmente no campo, e

desenvolver suas práticas espaciais dentro de uma perspectiva centrada no valor de uso, isto é, voltando-se à sua subsistência e reprodução enquanto grupo com necessidades específicas e mantendo-se à margem das relações sociais de produção capitalistas. Esses espaços ocupados situam-se majoritariamente próximos a rios, lagoas e mares. A zona costeira, desta maneira, acaba sendo um grande alvo da ocupação por esses grupos, que configuram-se atualmente como populações tradicionais em disputas fundiárias com o próprio Estado que detém a titularidade das terras.

A segunda possibilidade é a migração dessas populações do campo para as cidades, intensificada a partir da industrialização dos anos 1930. Neste processo, a rede urbana caracterizada pelas poucas e grandes cidades ao longo do litoral brasileiro sofre algumas mudanças, e cidades como São Paulo desenvolvem um processo brutal de urbanização que, como dissemos, torna-se mais rápido e violento do que a própria industrialização. Nas cidades que buscaram industrializar-se (ou que efetivamente surgiram a partir da industrialização), essas populações aglutinaram-se nas incipientes favelas e periferias urbanas, desenvolvendo novas práticas espaciais que buscavam (e buscam, até hoje), de alguma forma, inserir-se na sociedade de classes. Essas práticas passam pela autoconstrução e pelo desenvolvimento de um mercado de trabalho informal que, por sua vez, foi fundamental para a própria reprodução da indústria e, conseqüentemente, da classe capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2013). Esses grupos incorporam-se à dinâmica urbana, reinventando sua própria tradicionalidade.

A segunda metade do século XX foi marcada por novos processos de expropriação. A chegada do capital monopolista ao país, a partir especialmente dos anos 1950, reforça a condição de informalidade e precariedade da massa de trabalhadores brasileiros, uma vez que esta condição torna-se central para a reprodução do capital em um cenário de rápida e dependente industrialização. Ainda, desde os anos 1970, o processo de modernização da agricultura torna dispensável o trabalho braçal na lavoura de uma grande parcela de trabalhadores, levando a uma nova leva migratória do campo em direção às cidades. Assim, agudizam-se as contradições urbanas, especialmente nas periferias autoconstruídas e nos interstícios da cidade formal.

A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL: A METROPOLIZAÇÃO

O que Lefèbvre (2008) identificou como o processo de explosão-implosão, qual seja, o desenvolvimento desmesurado do tecido urbano, que se impõe e subjuga a cidade tradicional, expandindo-a indefinidamente e implodindo suas formas e centralidades, pode ser compreendido à luz do processo de metropolização do espaço. Segundo Lencioni (2013), a metropolização é um processo que metamorfoseia o território, provocando transformações de formas, estrutura e natureza. Este processo atrela-se à globalização e à reestruturação produtiva do capital, sendo pautado, portanto, pela lógica dos fluxos do capital financeiro.

A metropolização, no mundo, caracterizaria uma nova etapa do processo de produção do espaço urbano, relativamente desvinculada da industrialização. No Brasil, como vimos, a relação entre indústria e espaço urbano desde sempre é incongruente. Nosso processo de metropolização se inicia antes da desindustrialização, configurando periferias urbanas cunhadas na autoconstrução e na busca sucessiva por terras baratas, expandindo as áreas urbanizadas por grandes áreas no entorno de grandes cidades.

Com a configuração do capitalismo neoliberal, este processo intensifica-se e ganha novos contornos. O setor imobiliário passa a ser o seu grande agente. A partir da década de 1990, a criação de instrumentos voltados para a financeirização urbana levou ao processo de abertura de capital de grandes e médias empreiteiras que passaram a formar extensos bancos de terras, gerando processos especulativos que afastaram ainda mais a possibilidade da classe trabalhadora acessar terras infraestruturadas e bem localizadas (FIX, 2011).

Neste cenário de hegemonia do capital financeiro associado ao setor imobiliário, alguns vetores conduzem o processo de metropolização no Brasil. O primeiro deles está centrado nas periferias autoconstruídas, cuja população é hoje, em sua maior parte, composta por trabalhadores do setor informal da economia, sujeitos à intermitência e precariedade que atinge a população brasileira especialmente em tempos de dissolução das relações salariais. Esta configuração expande-se a partir dos centros das metrópoles, tendo como um dos seus resultados mais críticos a problemática da mobilidade urbana.

Um segundo vetor atrela-se à construção intensiva e extensiva de empreendimentos imobiliários voltados para a classe trabalhadora de renda média-baixa. Trata-se de condomínios fechados que mimetizam o modo de vida das classes dominantes, porém construídos em terras mais baratas e, portanto, acessíveis à parte da classe trabalhadora capaz

de endividar-se, alimentando o processo de acumulação financeira em outras escalas (MARTINS, 2010). A partir de 2009, ainda, tem-se o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), subsidiado pela União e desenvolvido em um cenário de expansão da economia através das políticas anticíclicas. O MCMV teve como objetivo atender à classe trabalhadora e sua necessidade de moradia e trabalho, por um lado, e às empreiteiras e sua necessidade de facilitação do Estado para a reprodução do capital, por outro. Assim, boa parte dos empreendimentos do programa está em terrenos onde a terra é abundante e barata (CARDOSO e ARAGÃO, 2013), ou seja, nas periferias das grandes metrópoles, em áreas com baixa ou nenhuma infraestrutura, sem acesso a equipamentos públicos e transporte de qualidade.

Também é preciso mencionar a construção de empreendimentos voltados para as populações de renda média e alta. Referimo-nos à construção de condomínios fechados de casas ou edifícios em espaços onde a terra passa a ser valorizada. Esses condomínios espelham-se nos subúrbios norte-americanos e trazem como apelo o status, a alegada exclusividade e tranquilidade associada à moradia distante dos centros das grandes metrópoles, além do contato com a natureza (que passa a adquirir o caráter de uma natureza controlada). Esses empreendimentos, muitas vezes, estão também atrelados à atividade turística, principalmente na zona costeira brasileira. Logo, ambientes anteriormente apropriados pelas populações tradicionais são progressivamente expropriados por processos facilitados pelo Estado de privatização da terra.

Por fim, é importante considerar o papel ainda relativamente relevante de alguns setores da indústria, sendo o caso daquelas vinculadas ao caráter neoextrativista assumido pela economia brasileira a partir da década de 2000, como os complexos petrolíferos e siderúrgicos. Associados a eles, é importante mencionar o papel dos portos, redes e terminais logísticos também como agentes fundamentais da metropolização recente no país, estando presente na paisagem de grandes regiões metropolitanas, especialmente na nossa zona costeira.

A PESCA ARTESANAL NO BRASIL

Tendo como ponto de partida o encontro das práticas e conhecimentos das matrizes que formaram a sociedade brasileira, especialmente os saberes indígenas, a arte da pesca artesanal foi produzida e refinada no decorrer dos séculos tomando formas sociais muito

específicas ao longo da costa brasileira, conforme se estabeleciam núcleos de pescadores artesanais. É importante refletir sobre o fato de que este processo se desenrola no decurso da urbanização do território, estando alguns núcleos mais próximos e outros mais distantes das cidades em formação.

Historicamente pulverizadas ao longo do litoral brasileiro, as comunidades de pesca artesanal produziram espacialidades marcadas por signos e referenciais ligados ao meio em que vivem. Dessa forma, suas práticas, extremamente diversificadas entre os inúmeros grupos de pescadores artesanais pelo país, guardam historicamente grande relação com os respectivos espaços e ambientes na escala local, tanto em termos de vínculos sociais quanto em sintonia com os ciclos da natureza e das espécies produzidas.

Essa relação metabólica com o espaço em sua escala mais contígua se mostra consequência das características inatas dos sujeitos e das práticas realizadas. Ao contrário de outras modalidades de produção pesqueira, como a industrial, os pescadores artesanais, mediados em sua relação com a natureza por seus conhecimentos tradicionais, tem capacidade de atuação nas parcelas do espaço mais imediato. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de um modo de produção cujas forças produtivas são intrínsecas ao que se conseguiria construir com os materiais que os cercavam (canoas de madeira, redes de renda, etc) e aos conhecimentos passados de geração em geração no que se refere ao manuseio e instrumentalização desses utensílios para a realização da produção pesqueira. Contudo, por mais que restritos à escala local, a natureza destes conhecimentos, extremamente variados em todo o litoral brasileiro, é de ordem extremamente complexa, como destacado em Kant de Lima e Pereira (1997) e Diegues (1983; 1995).

Em relação ao seu modo de produção atual, a pesca artesanal é classificada como “pequena produção mercantil”, com diferentes funções já especializadas – apesar de incipientes se comparadas às da pesca industrial – e com produto final dirigido ao mercado. Suas relações de produção já apresentam uma relativa divisão social do trabalho, incluindo trabalhadores que não participam diretamente da captura, como artesãos de canoas, tecedores de rede, etc, e mesmo os que participam da captura, em muitos casos, já alocados em postos e funções específicas, como mestre, contramestre, remador, etc (DIEGUES, 1983; KANT DE LIMA; PEREIRA, 1997). Os trabalhadores são em geral independentes, exercendo sua faina marítima com instrumentos de produção próprios ou de outrem em relações de parceria. O trabalho ainda é organizado em grupos de vizinhança, quando não a partir de regime

familiar, com produção responsável em grande parte pela subsistência desses grupos. Além disso, o processo produtivo é realizado com instrumentos tradicionais, com imprescindibilidade dos conhecimentos tradicionais para seu preparo e emprego, e marcado por grandes incertezas quanto ao sucesso da pesca, fator usualmente denominado como “sorte”.

Por sua estreita relação com a natureza e com os ambientes locais, e a conformação de culturas e identidades diferenciadas, os pescadores artesanais, categoria composta por sujeitos e grupos de grande diversidade, como ribeirinhos, caiçaras, catadores de caranguejo, marisqueiros, pescadores propriamente ditos, entre outros, são classificados como “populações tradicionais”. Considerando a centralidade do “respeito” à natureza e a outros membros da coletividade, tal como definido por Diegues (1992 *apud* 1996), que permeia a definição da categoria “populações tradicionais”, pode-se apontar a imprescindibilidade da construção de relações de solidariedade e cooperação para a reprodução desses grupos, incluindo os pescadores artesanais, tal como evidenciado por Maldonado (1993). Sua análise, entretanto, passa ao largo da construção de representações idílicas e romantizadas destes sujeitos, concebendo-os como atores com interesses próprios diversos dentro de sua lógica de produção mercantil, mas fundamentalmente ligados por relações comunitárias, baseadas em vínculos entre a coletividade, indispensáveis à sua reprodução.

Partindo dessas análises e de pesquisa própria realizada em uma comunidade de pesca artesanal, abordaremos na seção seguinte as dinâmicas da produção do espaço das comunidades da pesca artesanal. A partir dos conceitos desenvolvidos nos estudos da produção do espaço urbano em geral e no Brasil, serão analisadas as relações entre esse processo, seus vetores e lógicas, e os dilemas, transformações e conflitos que relacionam-no aos pescadores artesanais da zona costeira brasileira.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA PESCA ARTESANAL FRENTE À PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL: PANORAMA GERAL

Analisando bibliografia acerca da temática (DIEGUES, 1983, 1995; DUARTE, 1999; MALDONADO, 1993), é possível perceber, através de certas aproximações, a formação, com relativa homogeneidade, de duas configurações para os espaços da pesca artesanal costeira. Primeiramente, de forma mais tradicional, percebem-se as comunidades relativamente isoladas das sociedades urbanas, que apresentam práticas espaciais mais

próximas das descritas por Diegues (1983) para o que se designa tradicionalmente como “pesca artesanal”. Marcados por seus ritos próprios, períodos e ciclos ligados à atividade pesqueira e à dinâmica das espécies, estes grupos se mostram profundamente entrelaçados às temporalidades da natureza. Apesar de estabelecidos na zona costeira residem em espaços usualmente considerados rurais, ainda reproduzindo grande parte das características “originais” destes meios.

Em uma conjuntura mais recente, atrelada à implosão-explosão da cidade, cada vez mais grupos de pesca artesanal, eventualmente já não considerados mais “comunidades”, se encontram em periferias e áreas marginais urbanas, em geral ainda próximas da costa, das metrópoles e grandes cidades litorâneas brasileiras. É a estes grupos que daremos prioridade nas análises. Atravessados por esta dinâmica urbana, marcada por novas relações sociais, modos de produção e, assim, por práticas espaciais distintas das características de populações tradicionais, estes grupos (re)existem (PORTO-GONÇALVES, 2011), incorporando novas práticas, instrumentos, formas de organização, mas, com frequência, ainda retendo elementos intrínsecos à sua sociabilidade original, seu modo de produção e à cosmovisão própria destas populações.

Em Jurujuba, bairro banhado pela Baía de Guanabara, no município de Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Duarte (1999 [1978]) apontou que os moradores, em sua maioria pescadores artesanais, apresentavam vínculos comunitários sólidos, manifestados principalmente na resolução de conflitos e na produção do espaço comunitário local. Tomado pelo urbano na segunda metade do século XX, principalmente a partir do processo de metropolização, o bairro se manteve com forte identidade pesqueira, ligada, em grande parte, à reprodução da pesca artesanal: “A força desse vínculo se mantém tanto mais forte quanto ela é reiteradamente testada pela precariedade que em todos os níveis governa a habitação em Jurujuba” (DUARTE, 1999, p. 40).

Isto é, mesmo tomados pelas formas e conteúdos urbanos característicos das periferias das metrópoles brasileiras, estes pescadores possuíam redes de solidariedade, apresentando inclusive coesão e articulação para se mobilizar contra a instalação de uma indústria de farinha de peixe altamente poluidora no local. Naquela conjuntura, apesar de atravessados pelas relações urbanas contraditórias, inclusive internas ao próprio conjunto de moradores, como apontado por Duarte (1999), imperavam as relações de respeito à natureza e vigoravam a cooperação e a solidariedade, marcantes nas práticas espaciais destes

pescadores. Atualmente, Soares, Lima e Brandão (2005), entretanto, relatam que a degradação ambiental do litoral de Niterói, causada principalmente por atividades industriais e portuárias, desencadeou um processo de desorganização da pesca artesanal e, assim, fragilizou os vínculos anteriormente observados, de modo que hoje a comunidade de Jurujuba condensa as diversas mazelas do conteúdo urbano típico das periferias brasileiras.

Em Itaipu, bairro localizado na Região Oceânica do mesmo município (Niterói/RJ), a comunidade de pescadores artesanais se mostra em transformação há algumas décadas, principalmente a partir da construção da Ponte Rio-Niterói, terminada em 1974. Os “pescadores tradicionais artesanais” de Itaipu, como são chamados, necessitaram de uma reorganização de suas unidades de produção, devido, principalmente, à nova dinâmica urbana a qual se perceberam inseridos e às consequências desse fenômeno. Não obstante, nas últimas décadas, a região foi caracterizada pela intensa ação de empreendedores, configurando processo de especulação imobiliária que resultou, inclusive, na expulsão de uma comunidade de pescadores vizinha à de Itaipu, bairro hoje chamado de Camboinhas, para a construção de um condomínio de classe média-alta, que, tamanha a degradação causada pelas obras, esvaziou a prática pesqueira na Lagoa de Itaipu, até então um espaço de alta piscosidade (KANT DE LIMA; PEREIRA, 1997).

Além disso, angariada pela grande beleza natural da região, a atividade turística também se mostrou crescente nesse período, se tornado atualmente bastante conflitante com a prática pesqueira, processo que vem envolvendo a chegada de novos moradores, a retirada de pescadores e suas famílias e a apropriação do espaço da praia a partir de outras práticas, com frequência não coexistentes com a pesca. Esse processo, transcorrendo de forma gradual, se mostrou em uma crescente nas últimas décadas (MACHADO, 2019).

No entanto, a comunidade de pescadores, reafirmando sua identidade e sociabilidade, resiste até hoje em sua vila localizada defronte à praia, chamada de Canto de Itaipu. A comunidade, articulada com outras populações tradicionais da região e auxiliada pela Universidade Federal Fluminense, conseguiu, após décadas de mobilização, a criação de uma Unidade de Conservação (UC), a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, objetivando preservar o último espaço de pesca que restou aos pescadores e garantir a continuidade de suas práticas espaciais, marcadas pelo valor de uso e vinculadas à sua própria reprodução. Apesar deste instrumento jurídico (as UCs) carregar em si princípios e valores ligados à lógica urbana do consumo do espaço, a articulação em prol da Unidade, a

ser gerida coletivamente pelos pescadores, se mostra uma estratégia de reprodução destes atores e a tentativa de produção de um outro espaço, alheio à racionalidade urbana, que ameaça sua permanência em terra e os recursos pesqueiros necessários à sua reprodução em mar (MACHADO, 2019).

Mais recentemente, com a ameaça da fragilização de ao menos três (3) normas e leis ambientais que ainda protegiam parte do entorno da Lagoa de Itaipu (MACHADO, 2019), os pescadores artesanais se organizaram e construíram, junto à aos moradores da região, um movimento denominado “Lagoa para Sempre” que exigia, naquele momento, a manutenção do entorno do corpo hídrico como Área de Preservação Permanente (APP) municipal. Apesar de contradições e conflitos internos ao movimento, originados pela diversidade de sujeitos que o compunham, o movimento demonstrou ter articulação mínima para agregar interessados e promover manifestações nas sessões públicas e em favor da preservação do espaço lagunar.

Na escala municipal, contudo, o movimento não conseguiu sobrepor-se ao interesse da especulação imobiliária, sendo parte da área no entorno da Lagoa descaracterizada como APP. Apesar disso, a organização e mobilização da comunidade de pesca, marcada pelas características das práticas e sociabilidades dos “pescadores tradicionais artesanais de Itaipu”, frente a toda esta pressão imobiliária, degradação ambiental e atividade turística, continua ativa, fundando fissuras na produção hegemônica do espaço (HOLLOWAY, 2013) de onde surgem e resistem estas outras concepções e cosmovisões.

O caso relatado por Giannella (20011), acerca dos pescadores de Copacabana, evidencia com nitidez a relação entre urbanização e pesca artesanal. De uma comunidade formada por pescadores que, até a década de 1920, viviam juntos à beira da praia, passou-se a um grupo composto por indivíduos que atualmente habitam diversos espaços populares do Rio de Janeiro, como os conjuntos habitacionais da Zona Sul da cidade. A expansão urbana em direção ao bairro de Copacabana resultou na reconfiguração deste grupo que, embora mantenha características comunitárias e relacionadas às práticas produtivas consideradas tradicionais, passam a experimentar uma vivência multiterritorial que carrega consigo o modo de vida urbano. Mais especificamente, o modo de vida do trabalhador urbano que vive em condições de pobreza. Trata-se de um processo, portanto, que se inicia ainda na primeira metade do século XX e se acentua a partir dos anos 1970, inclusive com a chegada de trabalhadores imigrantes em busca de oportunidades na metrópole. Somado à questão de sua

expulsão da beira da praia, os pescadores relatam a dificuldade de acesso aos pesqueiros que estariam cada vez mais distantes da costa devido à poluição costeira e marinha e também estariam cada vez mais escassos para o grupo devido à concorrência com pesca de industrial.

O que acontece é que hoje nós somos sobreviventes. Por que a gente não tá morando aqui? Aí a gente vai buscar as causas. Nós fomos expulsos, essa é a realidade. Antes eles moravam na praia, cada um tinha seu barraquinho. (Pescador entrevistado *apud* GIANNELLA, 20011, p.91)

Todavia, é também na multiterritorialidade do grupo que reside sua potência, apontando para outras possibilidades de existência e produção do espaço urbano, uma produção que enfatizaria mais o vivido que o concebido, a apropriação que a dominação.

A comunidade de Tatajuba, no município de Camocim, no Ceará, é mais um caso de contraste entre pescadores artesanais e atores produtores do espaço urbano. Até meados dos anos 2000, essa comunidade se mostrava mais próxima daquelas populações tradicionais relativamente isoladas, com certa homogeneidade de costumes e tradições, como definimos no início desta seção (RODRIGUES, 2010). Nesse período, entretanto, houve o surgimento de uma série de empreendimentos que visavam inserir o município na rota turística do litoral do Ceará. Estes passaram a ser ativos promotores da disputa pela posse da terra, até então sem valor monetário na localidade dada sua vastidão frente ao número de moradores.

Como apontado por Rodrigues (2010), com a chegada dos empreendedores iniciou-se o cercamento das terras. Antes, porém, “praticamente não havia cercas, e as casas iam se agrupando a certa distância uma das outras, variando a proximidade e o traçado dos caminhos, quase nunca retilíneos. Ainda hoje muitas casas não são cercadas.” (p. 536). Paralelamente, houve a cisão na comunidade, com segmentos cooptados, apoiando as atividades da empresa, e outros defendendo os interesses dos que não viam com bons olhos aquela transformação. A concepção destes últimos foi então de tentar manter suas práticas tradicionais, como a pesca e uma parca agricultura, e defender o turismo de base comunitária, voltado à produção do espaço próprio dos pescadores e de suas famílias, mas que de alguma forma se inseria no e transformava o espaço urbano em produção pelo capital que emergia rapidamente na comunidade em forma de estabelecimentos imobiliários, turísticos, comerciais etc. Este novo urbano, disputado pela comunidade em sua produção cotidiana, era almejado enquanto um espaço que mantivesse as características tradicionais do povoado e apontasse para traçados de outra forma e conteúdo urbanos, que não os da lógica capitalista

que avançava voraz sobre a localidade, mas os baseados nas sociabilidades e espacialidades tradicionais da população local.

As praias da Penha, Tambaú e Lucena se localizam no litoral paraibano, na capital João Pessoa e em município vizinho. Ao longo do século XX, as três praias apresentavam intensa atividade pesqueira artesanal realizada por comunidades residentes nas próprias localidades (ARAÚJO; SASSI; LIMA, 2014). A partir dos anos 70, com o processo de metropolização, o espaço urbano, até então centrado na capital de João Pessoa, se expande e incorpora novas áreas, inclusive as praias citadas. Nesse período, o mercado imobiliário voltado à atividade turística se expandiu às três localidades, comprando terras de pescadores, removendo partes dessas comunidades, construindo casas de veraneios, hotéis, etc, e inserindo as localidades em uma lógica exógena, ligada à produção do espaço urbano e à reprodução do capital.

Os pescadores que restaram na localidade torciam para que não fossem expulsos com o desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários, invariavelmente indo residir em favelas e periferias urbanas regionais, dificultando sua prática pesqueira e precarizando suas condições de moradia e de vida (ARAÚJO; SASSI; LIMA, 2014). Não obstante, muitos pescadores citavam a falta de interesse das novas gerações pela atividade pesqueira, outros inclusive parecem ter tido uma mudança de perspectiva, apontando a pesca como perigosa, desejando que seus filhos arranjassem trabalhos na cidade. Apesar disso, dos que restaram, muitos pescadores apontam a chegada desses novos condomínios e pousadas como formas mais fáceis de comercialização, sem a mediação dos atravessadores, pernicioso figura muito frequente em comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1983). O apoio de pesquisadores da universidade é também valorizado, apontado como promotor de alternativas como a aquicultura familiar.

As causas da desorganização das comunidades parecem ser elementos importantes para entender as transformações socioespaciais ocorridas. Nesse caso, a comunidade, parcialmente retirada, tomada pelo urbano nas dimensões concreta, simbólica e, nas diversas esferas da vida social, envolvida pelas relações capitalistas, parece não ter tido coesão e articulação para promover uma (re)existência organizada, apesar de demonstrar ainda uma relação contraditória com o espaço e atores urbanos.

Ao refletir acerca dos pescadores artesanais e, em um âmbito mais geral, das populações tradicionais, a tríade lefebvriana, baseada no espaço concebido, vivido e

percebido, se mostra potente no auxílio à compreensão destes atores e de sua espacialidade. De um lado, os atores hegemônicos do capitalismo, em sua busca incessante pela acumulação, incitam à produção do espaço urbano. Um espaço urbano marcado pela dominação, pelo concreto, pelo espaço funcional da produção, circulação e acumulação, onde a dimensão simbólica caminha para a singularidade: os símbolos e atributos da racionalidade do capital, amparados fundamentalmente no valor de troca.

Do outro lado, temos uma pluralidade de seres, de modos de ser-e-estar no mundo (PORTO-GONÇALVES, 2011), consubstanciados aqui nas populações tradicionais, em sua diversidade de sujeitos e práticas. Seus espaços, produzidos a partir de elementos da dominação e da apropriação, se mostram não só ligados ao concreto, mas também, e talvez principalmente, marcados por uma série componentes simbólicos, ligados ao vivido do dia-a-dia destes povos e, de forma imprescindível, ao valor de uso.

Analizando os estudos de caso, associados ainda a experiências pessoais de realização de articulações e trabalhos junto a pescadores artesanais e outras populações tradicionais no geral, percebem-se algumas condições elementares objetivas para a manutenção de uma organização social mínima e para a reprodução de suas práticas espaciais, ligadas a outras racionalidades, ainda alheias à lógica capitalista. A primeira condição, e talvez mais imprescindível, parece ser a preservação dos ecossistemas, em estado minimamente saudável, onde vivem essas populações e de onde quase sempre garantem sua reprodução social. Essa parece ser um fator sem o qual as populações tradicionais, fundadas pela reprodução de práticas espaciais em consonância com os ritmos e ciclos da natureza, pelo valor de uso, atreladas sobretudo à sua subsistência e reprodução socioespacial, não conseguem manter os elementos constitutivos que as identificam enquanto tal (SOARES; LIMA; BRANDÃO, 2005; GIANNELLA, 2011).

Além deste, outro fator espacial parece representar uma condicionante da reprodução destas populações em meio urbano: a permanência destes em seus espaços e territórios tradicionais. A remoção, branda ou não, destas comunidades, empenhada pelos atores produtores do espaço urbano, muitas vezes promove uma desorganização socioespacial desses povos, com rompimento de vínculos societários e espaciais, que impele-os à moradia em periferias, franjas e outras áreas ordenadas a partir da lógica do espaço urbano. Na maioria das vezes, essas populações são transformadas em pobres urbanos, adentrando de vez as relações de trabalho e produção capitalistas e resignando-se a ver sua

mão-de-obra, agora transformada em mercadoria, proletarizada (GIANNELLA, 2011; RODRIGUES, 2010).

Este fator, entretanto, parece menos imprescindível que o anterior, haja visto o caso de Copacabana, em que muitos dos pescadores artesanais e seus descendentes que foram morar nas periferias da cidade conseguiram produzir uma releitura de sua espacialidade a partir deles mesmos, reconstruindo vínculos sociais e de alguma forma transformando o espaço urbano que os cerca em outro urbano, marcado pelo vivido e pela dimensão simbólica, reaproximado dos ritmos e conhecimentos da natureza, tão deteriorada nas metrópoles brasileiras (GIANNELLA, 2011). Apesar disso, essas populações tradicionais, presentes em enclaves urbanos, acabam frequentemente invisibilizadas, dada sua dissolução em favelas e comunidades de maior porte.

Associado a estes elementos, tratando, no entanto, de elementos mais subjetivos, podemos também falar da sedução realizada pelo urbano e seus mecanismos de produção ideológica. Estes têm o poder de fazer crer que existe de fato a hierarquia entre os espaços e seres urbanos e os não-urbanos. Este é, normalmente, o mecanismo para a imposição simbólica da lógica do capital sobre essas comunidades, desagregando o ser-e-estar no mundo tradicional das comunidades e transformando completamente a percepção destes sujeitos. Parece o caso dos pescadores de Tambaú que apontavam a pesca como atividade perigosa como justificativa para o abandono da atividade (ARAÚJO; SASSI; LIMA, 2014). Sem menosprezar o risco que de fato os pescadores enfrentam na realização de sua faina, a pesca elencada atualmente como perigosa é a mesma prática realizada há décadas, senão séculos, pelos próprios e por seus ascendentes, mas apenas recentemente considerada perigosa a ponto de justificar sua interrupção.

Além desta série de elementos contraditórios que analisamos na relação entre os pescadores artesanais e o espaço urbano, é ainda muito citado a presença e atuação de atores ligados às universidades, em geral com propostas de auxílio técnico, articulação e mobilização, na tentativa de estimular a reprodução destas populações tradicionais enquanto tais. Com todas as críticas passíveis a muitas formas de extensão universitária realizadas, este parece ser mais um aspecto contraditório da relação destacada anteriormente, e que contribuiu também para essa transfiguração do urbano, a partir do espaço das comunidades tradicionais.

Por último, pode-se citar a articulação dos pescadores artesanais com órgãos ambientais, que, numa relação também bastante contraditória, pode promover parcerias para a criação de Unidades de Conservação, como no caso das Reservas Extrativistas Marinhas, objetivando, em teoria, a reprodução dos pescadores e a preservação dos recursos naturais. Isto é, através de um instrumento jurídico-normativo voltado para a área ambiental, almejam a (re)existência de seus territórios tradicionais e, por conseguinte, de suas práticas espaciais em seus territórios tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de espaço urbano no Brasil requer a consideração dos diversos grupos que participam da sua produção, incluindo aqueles relegados pelas análises mais correntes, como as populações tradicionais. Neste sentido, é importante compreender o processo histórico de urbanização brasileira, seus desdobramentos contemporâneos e sua relação com essas populações, no que tange às distintas práticas espaciais que tentam coexistir no tempo-espaço.

Tendo como recorte a zona costeira brasileira e os pescadores artesanais, podemos considerar que diversos são os vetores de implosão-explosão da metrópole, atualmente, que impactam nos espaços vividos desses grupos. Periferias autoconstruídas, empreendimentos imobiliários, atividades turísticas, industriais e logísticas podem ser destacadas aqui como os mais emblemáticos. No jogo entre dominação e apropriação, é possível dizer, como vimos, que alguns grupos de pescadores artesanais, por encontrarem-se em áreas mais distantes dos centros das metrópoles, são capazes de exercer suas práticas espaciais onde os espaços de representação têm ainda protagonismo, sobrepondo-se à lógica do espaço concebido. Outros grupos, em situação cada vez mais comum na nossa zona costeira, vem sofrendo diversas pressões associadas à imposição do espaço concebido, portanto, dominado, sobre o espaço apropriado. Entretanto, esses grupos também produzem o espaço urbano, por meio das suas resistências e reinvenção de tradições, apontando, assim, para outras formas de ser-e-estar no mundo.

Olhar para a relação entre espaço urbano e populações tradicionais, no caso, os pescadores artesanais da zona costeira brasileira, pode contribuir para um descentramento da teoria crítica urbana. Essas populações não são resíduos da nossa sociedade e sim sujeitos presentes em todo o território que, na maior parte dos estudos urbanos, vem sendo

invisibilizados, talvez pelos mesmos não contarem com categorias e métodos que os contemplem. Como dissemos, a história desses grupos é componente fundamental da história do Brasil, incluindo seu processo de urbanização e metropolização essencialmente excludente, privatista e concentrador, e deve ser alçada a um maior protagonismo nos nossos estudos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. X.; SASSI, R.; LIMA, E. R. Pescadores artesanais e pressão imobiliária urbana: qual o destino dessas comunidades tradicionais? **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 14, n. 3, 2014, p. 429-446.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 461, de 13 de dezembro de 2018. Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2018, p. 87.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. M. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. in: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, pp. 17-66.
- DIEGUES, A. C.. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- _____. **Povos e mares**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1995.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. 198p.
- DUARTE, L. F. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF, 1999. 289p.
- FAORO, R. **Os donos do poder**. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005, não paginado.
- FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

- GIANNELLA, L. C. Multiterritorialidade e múltiplas identidades: o território da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, 2011, p. 87-112.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, 2012 [2006], p. 8-39.
- HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997. 331 p.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [1970].
- _____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitáin Swing, 2013 [1974].
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. *et. al* (orgs.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.
- MACHADO, G. da S. **Metropolização, conflitos ambientais e direito à cidade**: o caso do Complexo Lagunar de Piratininga-Itaipu, Niterói/RJ. 2019. Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas). Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2019.
- MALDONADO, S. C. **Mestres & Mares**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993. 194p.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 48, n. 17, 2003, pp. 151-167.
- MARTINS, F. E. S. **A (re)produção social da escala metropolitana**. São Paulo: USP, 2010. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano II, 1982, pp. 36-54.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. 147p.

POLETTE, M.; LINS DE BARROS, F. M. Os desafios urbanos na zona costeira brasileira frente às mudanças climáticas. **Costas**, v. 1, p. 165, 2012.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, L. C. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, 2010, p. 527-544.

SOARES, M. T.; LIMA; G. B.; BRANDÃO, A. A. Degradação sócio-ambiental: a crise da atividade pesqueira em jurujuba Niterói/RJ. **Revista Produção**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2005, p. 1-21.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.